

Editorial

Eneida de Almeida e Fernando G. Vázquez Ramos

Este número especial da revista acadêmica **arq. urb** é dedicado ao debate dos processos participativos envolvidos em experiências de apropriação e produção do espaço urbano e, por extensão, à discussão dos conflitos que envolvem a construção da cidadania no espaço urbano. Nele comparecem articulações entre referências conceituais e determinadas práticas urbanas, com a perspectiva de abrir novas possibilidades de interpretação e, sobretudo, de ação. A organização desta edição temática coube às pesquisadoras Eneida de Almeida, coeditora desta revista, e Maria Carolina Maziviero, professoras do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu no momento em que este número foi concebido.

A edição é constituída por artigos de importantes profissionais, nacionais e estrangeiros, que se dedicam aos problemas urbanos desde pontos de vista não convencionais, como: Jeffrey Hou (Universidade de Washington); Bruna F. Montuori (School of Architecture do Royal College of Art) e Marcos L.

Rosa (pesquisador cuja formação está associada à Alfred Herrhausen Gesellschaft e à London School of Economics); Máira Ramirez Nobre e Natacha Silva Araújo Rena (Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais); Alana Moraes (Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Simone Scifoni (Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Mariana K. Nito (Conselho Gestor da Rede Paulista de Educação Patrimonial); Daniela Sandler (Universidade de Minnesota); Todd L. Laester (coletivos Lanchonete.org e ArtistSafety.net, cuja atuação é dirigida aos temas do direito à cidade) e Paula Van Erven (formada em Artes Visuais pela Bard College de Nova York, atualmente professora da Escola da Cidade, SP); Bianca Jo Silva (Mestre pela UNICAMP e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Silvia A. Mikami G. Pina (Livre Docente na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

na UNICAMP); Cintia Elisa de C. Marino (Doutora pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com experiência em políticas públicas nas prefeituras de São Paulo e Taboão da Serra); Adriana Sansão (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Fernando E. Galarce (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), com a participação dos estudantes de arquitetura da UFRJ: Leticia M. do Valle, Victor F. Motta e Thais da S. Faria.

Abre esta edição o artigo **Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns: Diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking**, de Jeffrey Hou, no qual se apresenta ao leitor novos modelos de interação na sociedade que podem ser facilitados por meio de práticas de design, planejamento e placemaking. Na primeira parte do artigo, o autor faz uma revisão das noções de comuns e *comunalização*, explorando o interesse contemporâneo no tema. O tema tratado é central para compreender as práticas urbanas insurgentes com base em práticas cidadãs. Na segunda parte, apresenta dois estudos de caso, um em comunidades em Seattle e outro em Taipei, para demonstrar como responder a desafios e oportunidades de criar novos agenciamentos sociais e novos comuns por meio do design e planejamento participativos junto a comunidades.

O artigo seguinte, **Utilidade Pública: O processo estruturado pela 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo como plataforma de investigação e**

articulação de uma constelação de ações no território, de autoria de Bruna F. Montuori e Marcos L. Rosa, também retoma a noção de coprodução do espaço, como “*práticas baseadas em parcerias e formas de colaboração que buscam a aproximação com não-arquitetos, reconhecendo saberes não institucionalizados*”. Partindo de uma revisão dos modelos participativos e ativismos desenvolvidos no Brasil, amparados na observação das questões locais, os autores apresentam o processo de construção da 11ª edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, realizado entre 2016 e 2018, enfocando sua estruturação enquanto plataforma de pesquisa.

Partindo de uma revisão crítica, a partir de autores consagrados, dos conceitos de revolução, revolta, levante, insurreição, entre outros, o artigo **Das Revoluções aos Levantes**, de Maira Ramirez Nobre e Natacha Silva Araújo Rena, busca apontar diferenças quanto à organização interna, objetivo e atuação dos movimentos sociais de ativismos, a fim de compreendê-los contemporaneamente. As autoras apontam que os principais levantes, insurreições e contracondutas atuais, ainda que guardem motivações e disputas bastante particulares estão relacionados com a questão urbana por meio de pautas que relacionam o direito à cidade e à moradia, o direito à mobilidade, à ocupação dos espaços públicos, além de incorporarem um questionamento da propriedade privada por meio da discussão dos comuns.

O artigo **Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na pe-**

riferia de São Paulo, de Alana Moraes, explora os espaços de construção coletiva na cotidianidade a fim de discutir outra “espacialidade política” presente nas ocupações de terrenos vazios na cidade de São Paulo. O relato inclui a apresentação da relação que mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST, tecem no seu espaço imediato, e das possibilidades de resistência possíveis desde o trabalho invisibilizado. A narrativa é construída a partir de uma cuidadosa abordagem etnográfica somada a um resgate teórico de importantes pensadoras da teoria política feminista, com o objetivo de reinterpretar os problemas sociais e as lutas urbanas como novas formas políticas a partir da perspectiva do cuidado e como experiências de um comum urbano.

Em **Ativismo urbano e patrimônio cultural**, Simone Scifoni e Mariana K. Nito elegem uma abordagem das práticas de patrimonialização voltadas às áreas centrais da cidade de São Paulo deliberadamente afastada tanto dos processos oficiais de inventariação de bens culturais adotados pelos órgãos de preservação, quanto das tendências de valorização econômica e consumo cultural urbano – comumente empregadas nas intervenções de requalificação de preexistências de interesse histórico e cultural implantadas na cidade. Relatam uma experiência de educação patrimonial promovida pela Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial) e pelo Movimento Baixo Centro, exercitada nos

moldes de um ativismo urbano, em franca oposição aos mecanismos de exclusão social reproduzidos no discurso de degradação do centro, que convertem a defesa do patrimônio em fonte de legitimação dos fenômenos de gentrificação.

Centrado na relevância da expressão cultural como força integral à formação do espaço urbano, o texto de Daniela Sandler, **A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura**, explora o uso da cultura nos espaços públicos da periferia, com o propósito de ampliar as premissas epistemológicas do urbanismo, incorporando as práticas e saberes das comunidades residentes nas áreas em estudo. A autora descreve o percurso de sua pesquisa que à leva a expandir os limites disciplinares e a compreender a dimensão territorial da cultura, com base na observação empírica de contribuições de sujeitos e grupos de ativistas urbanos que, tradicionalmente excluídos das convencionais atribuições profissionais e acadêmicas, fundem cultura e território em ações táticas e iniciativas de diferentes naturezas, logrando significativas transformações do espaço urbano, com inclusão social e acuidade espacial.

Todd Lanier Laester e Paula Van Erven, no artigo **São Paulo, um mosaico visto a partir da Rua Paim**, abordam as várias experiências da plataforma cultural Lanchoente.org, conduzida por artistas, dentre os quais há arquitetos, designers, vídeo *mappers*, jornalistas, jardineiros, livreiros, com o objetivo de compreender e documentar

“como as pessoas vivem, trabalham, navegam e compartilham a cidade contemporânea, tendo o centro de São Paulo como panorama de observação”. Interessados no tema do Direito à cidade, os componentes dessa plataforma cultural comparam abordagens teóricas e estratégias de organização comunitária de ocupações existentes nas áreas centrais. Mais do que discutir sobre a intenção artística de tais intervenções urbanas, o intuito é reconhecer as formas de organização comunitária envolvidas nesses contextos, o quanto os comportamentos reproduzem padrões largamente aceitos ou os contrariam.

No artigo seguinte, **Produção imaterial do espaço e a realização dos desejos urbanos**, de Bianca Jo Silva e Silvia A. Mikami G. Pina, as autoras apresentam o caso da atuação do movimento social urbano “A Batata Precisa de Você” na estreita relação com o que as autoras chamam de produção imaterial do espaço público. A hipótese defendida ao longo do texto é a de que a baixa disponibilidade de recursos públicos aliada ao conveniente interesse da iniciativa privada no setor construtivo forjou instrumentos urbanísticos de outra ordem, mais flexíveis e experimentais. As autoras ressaltam os aspectos positivos da experiência do Largo da Batata no sentido de se oferecer à cidade um amplo espaço aberto e público, com reais possibilidades de ocupação.

Prosseguindo no relato de experiências ligadas a iniciativas participativas, o artigo **Táticas ci-**

dadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro, de autoria de Adriana Sansão, Fernando Espósito Galarce, Leticia Martins do Valle, Victor Fernandes Motta e Thais da Silva Faria, dedica-se às iniciativas comunitárias cidadãs voltadas à transformação de espaços cotidianos, como formas de reocupação de áreas residuais subutilizadas, caracterizadas por modos alternativos e proativos que desafiam e tensionam os procedimentos do planejamento urbano tradicional. O estudo dialoga com os temas do urbanismo tático e insurgente, com o intuito de analisar os casos das hortas urbanas do Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras).

Encerra esta edição especial o artigo Cintia Marino, **Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo**, que discorre a respeito das diferentes modalidades de construção colaborativa e apropriação dos espaços sejam eles públicos, ou privados, através da ação direta de grupos de ativismo urbano. O artigo explora inicialmente conceitos e proposições teóricas, no sentido de reunir um arcabouço teórico essencial que possa sustentar a análise de dois territórios específicos, adotados como objetos de atuação ativista na cidade de São Paulo: a via expressa elevada de ligação centro-oeste, conhecida como “Minhocão”, e o caso do “Parque Augusta”. O estudo dispensa uma atenção especial aos impasses entre a institucionalização e a espontaneidade das ações existentes na disputa pelos espaços urbanos e pelo direito à cidade. ■